

Na apreciação da minuta e projetando os valores propostos, concluímos o faturamento a ser administrado com as despesas representarão 78,4% do faturamento bruto. Conforme demonstrado abaixo.

Faturamento - 3,10%			1.412.114,47
PASEP \cong 1,11%	\cong	1,11%	- 15.674,47
PIAL \cong 0,50%	\cong	0,50%	- 7.060,57
BACIAS \cong 2,35%	\cong	2,35%	- 33.184,69
ARSAE \cong 0,15%	\cong	0,15%	- 2.118,17
Investimentos	=	R\$	- 188.592,00
Depreciação	=	R\$	- 58.334,00
Faturamento Líquido dos Após Efeitos da Revisão			1.107.150,57 78,40%

Considerando-se essa disponibilidade e projetando os valores médios realizados em 2011 temos.

Faturamento Líquido dos Após Efeitos da Revisão		1.107.150,57	78,40%
Vencimentos Fixos	-	611.994,71	55,28%
Obrigações Patronais	-	130.198,14	11,76%
Contribuição Funcap	-	18.395,31	1,66%
Salário Família	-	204,30	0,02%
Energia	-	215.572,02	19,47%
Produtos Químicos	-	27.686,14	2,50%
Combustível	-	22.903,71	2,07%
Manutenção Frota	-	25.591,78	2,31%
Telefone	-	4.716,64	0,43%
Outros Serviços Terceiros *	-	179.036,17	16,17%
Material de Consumo	-	105.788,01	9,55%
Passagem/Locomoção	-	1.938,95	0,18%
Juros da Dívida	-	5.263,03	0,48%
Principal Resgatado	-	2.865,94	0,26%
Indenizações	-	5.329,44	0,48%
RESULTADO	-	250.333,73	22,61%

Observou-se, que o exercício de 2011 fechou negativo, sendo o valor equiparado ao percentual do redutor de produtividade proposto por essa Agência.

Também, conforme descrito por essa Agência, os percentuais gastos com pessoal, seja fixo ou com serviços de terceiros correspondem aos valores e ponderações descritas.

Tecnicamente o que viemos apresentar à apreciação dessa agência é quanto ao tempo estipulado para adequação proposta. Apresentamos abaixo os pontos detectados e possíveis soluções e observações a serem contempladas na adequação:

Pessoal:

Pessoal fixo efetivo: são funcionários concursados tendo a estabilidade por garantia.

A curtíssimo prazo as reduções para esse funcionários é praticamente impossível.

Porém quanto ao verificar o quadro de pessoal (anexo) idade e contribuição junto ao INSS dos funcionários, percebe-se que ao longo dos próximos 5 anos haverá no mínimo 30 funcionários com tempo completo para aposentadoria. Caberá a readequação dos servidores, sem a devida necessidade de novos concursos.

Pessoal fixo não-efetivo: necessita-se de uma reforma do organograma atual aprovado. Fato que dificilmente será conseguido antes de outubro. Uma vez que não há obrigatoriedade e estarmos em ano eleitoral.

Estaremos encaminhando proposta de uma nova estrutura do organograma eliminando-se boa parte dessas funções.

Imediatamente foi proposto que o funcionário não-efetivo que licenciar para disputar o pleito eleitoral não tenha sua “vaga” ocupada.

Serviços de Terceiros: uma boa parte dos valores já estão em andamento com contratos em vigor e cláusulas punitivas em caso de interrupção pelas partes. Ainda quanto ao serviços de terceiros há duas variáveis muito importantes:

1. Geralmente, esses serviços de terceiros hoje estão voltados para serviços técnicos das áreas recém implantadas pelas instituição (automação, credenciamento de laboratório, jurídicos, etc.).
2. A lotação do quadro de pessoal com técnicos capacitados a atenderem esses serviços prestados por terceiros hoje, é impossível com os atuais salários oferecidos inicialmente pela instituição. Vale lembrar que Itabira tem uma demanda maior que a oferta. A nível de exemplo, um servidor com nível superior tem salário base inicial de R\$ 1.700,00, valor esse que no mercado de Itabira dificilmente será mantido no quadro.

Outro medida proposta como redução por essa agência, são os custos de insumos e materiais direto da produção, uma vez que a tendência de diminuição do volume ofertado pela nova metodologia de cobrança.

Acreditamos que esse processo também não será imediato, levando-se algum tempo de adaptação dessa inércia histórica de consumo faturado praticado pela instituição até então. Vale ressaltar também que a renda per capita da cidade é elevada, ou seja, a maioria dos clientes dificilmente assimilará esse efeito. Portanto, a tendência de baixar custos dependerá de como a população assumirá essa nova política tarifária. Necessário então, um série histórica dos próximos consumos para adotar medidas técnicas econômicas/financeiras.

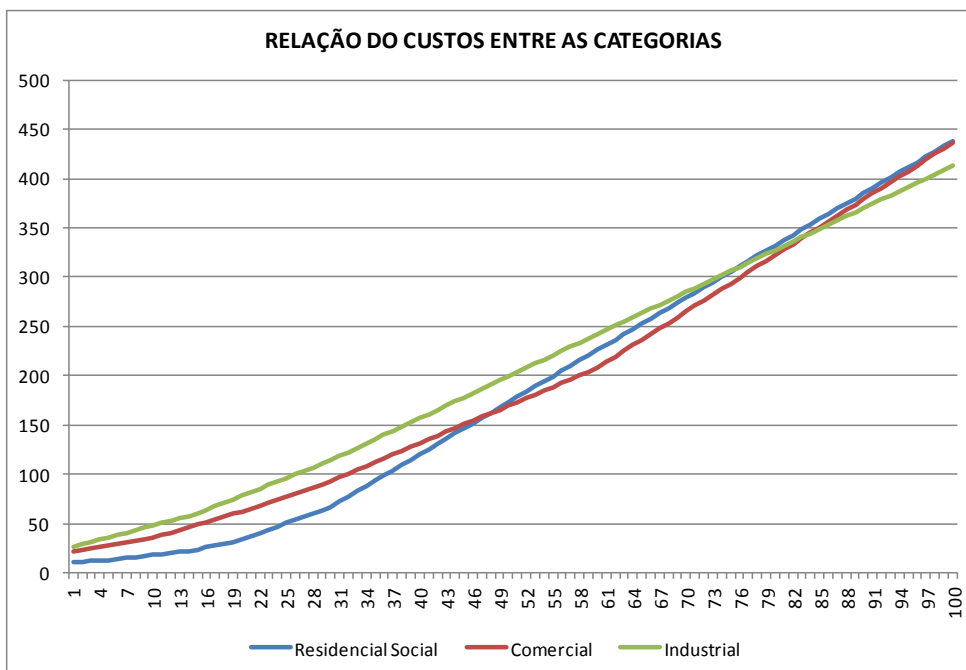
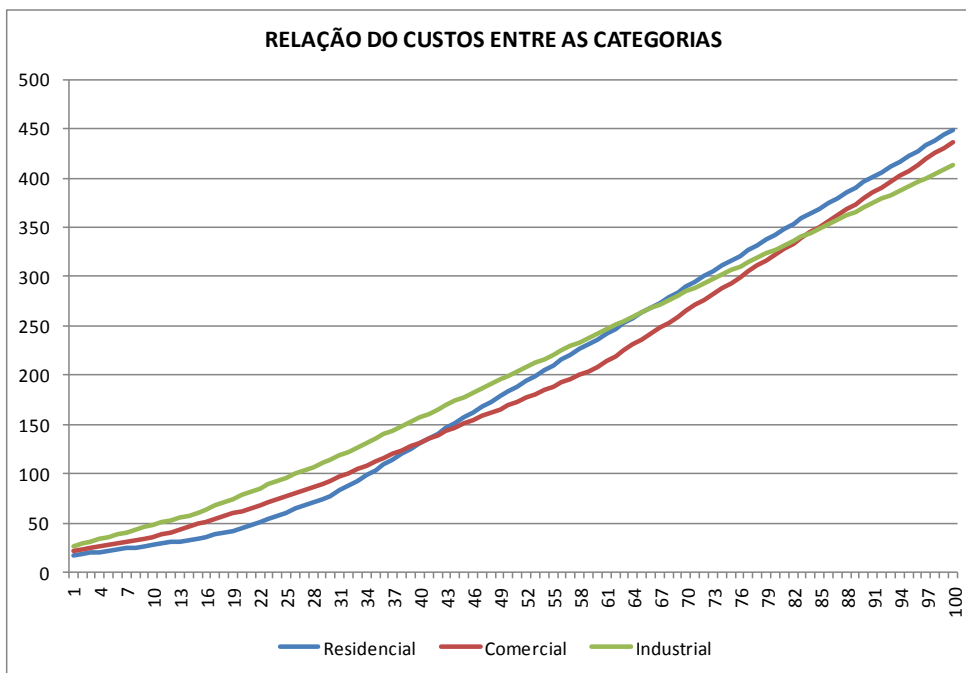
Exemplificando: Contrato de energia de demanda, tempo de operação de sistema, etc.

Se por um lado acreditamos que as despesas não serão possíveis de queda no prazo contemplando por esta instituição, por outro acreditamos que possa haver uma melhora no faturamento e indicadores, com as seguintes contemplações:

- ✓ Melhoria do cadastrado comercial: com a nova forma de tarifação, a adequação do cadastro nas devidas categorias torna-se possível;

- ✓ A preocupação com o consumo medido será de vital importância para o faturamento, antes, com a filosofia de consumo faturado, não havia;
- ✓ Essa mesma preocupação com consumo medido, levará também a melhoria da relação consumo medido x consumo produzido. Vale lembrar que os números até então exposto, os volumes de consumo medido não considerou aquelas leituras não realizadas por defeito de medidores.

Quanto a aplicação da tabela da tarificação observou-se na metodologia, coerentemente, o maior pagamento por maior consumo. Todavia projetar os valores a serem cobrados até o limite de 100m³, deparamos com valores para as categorias “Comerciais” e “Industriais” abaixo dos valores a serem cobrados para as categorias “Residenciais” e “Residenciais sociais”. Conforme gráficos abaixo:



Não conseguimos entender a razão dessa política.